

ANEXO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**1 Nota introdutória**

A Empresa foi constituída em 26 de Junho de 1997, tem a sua sede na Av. Tenente Coronel João Luís de Moura, Loja A cave em Torres Vedras e tem como atividade principal a Organização de Eventos e Gestão de Equipamentos.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**a) Referencial contabilístico**

No exercício de 2016 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Empresa continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" e "Diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, passivos não correntes.

Não existem ativos realizáveis há mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira, pelo que não existem ativos considerados como não correntes

e) *Passivos contingentes*

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

f) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) *Derrogação das disposições do SNC*

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) *Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos e transações.

b) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 5 a 40 anos
- Equipamento básico	- 4 a 20 anos
- Equipamento de transporte	- 8 anos
- Equipamento administrativo	- 3 a 20 anos
- Outros ativos fixos tangíveis	- 4 a 20 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate,

sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias.

c) *Ativos Intangíveis*

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

d) *Imposto sobre o rendimento*

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15.000 euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis e suscetíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante um período de cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013 e doze anos a partir de 2014, sendo que, neste último caso, apenas é possível a dedução dos prejuízos fiscais até 75% e 70% do montante do correspondente lucro tributável.

A Empresa optou por não registar nas suas demonstrações financeiras os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para fins contabilísticos e para fins de tributação, conforme definido na NCRF 25 – Impostos diferidos, uma vez que não está definitivamente assegurada a sua reversibilidade, nos termos definidos na referida norma.

e) *Clientes e outros valores a receber*

As contas de “Clientes” e “Outras contas a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de

resultados na rubricas "Imparidades de dívidas a receber", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

f) *Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa*

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

g) *Provisões*

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

É reconhecida uma Provisão quando exista uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Empresa reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa nessa data.

h) *Fornecedores e outras contas a pagar*

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

i) *Rédito e regime do acréscimo*

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

j) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.b) e 3.c) acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

k) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

l) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de eventos e gestão de equipamentos, sendo os mesmos reconhecidos em

resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

u
2
2

4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Empresa não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

2

5 Fluxos de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e no final do exercício transato, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Numerário	300,00	1.300,00
Depósitos bancários	83.456,01	119.207,29
Caixa e seus equivalentes	83.756,01	120.507,29

O valor em caixa é representado pelo fundo detido pelos operadores dos parques de estacionamento, cada um detém 25 euros, totalizando 300 euros.

6 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela empresa-mãe Câmara Municipal de Torres Vedras.

As informações relativas a saldos e transações com as partes relacionadas estão inseridas nas notas que se seguem, quando existam, bem como na nota 29.

7 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, no exercício findo a 31 de dezembro de 2016 e no exercício de 2015 foi o seguinte:

31 de dezembro 2015

GA
P
L
8

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2015	Reavaliação ajustada	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	179.169,95		68.141,44			247.311,39
Equipamento básico	181.976,18		70.086,73			252.062,91
Equipamento de transporte	75.800,00					75.800,00
Equipamento administrativo	75.346,36		3.939,61			79.285,97
Outros ativos Fixos Tangíveis	156.860,58		3.037,52			159.898,10
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	669.153,07	0,00	145.205,30	0,00	0,00	814.358,37
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	85.271,73		7.341,46			92.613,19
Equipamento básico	69.258,76		15.112,31			84.371,07
Equipamento de transporte	63.827,34		1.663,58			65.490,92
Equipamento administrativo	63.569,34		2.455,76			66.025,10
Outros ativos Fixos Tangíveis	104.482,33		4.312,38			108.794,71
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	386.409,50	0,00	30.885,49	0,00	0,00	417.294,99
	282.743,57					397.063,38

31 de dezembro 2016

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2016	Reavaliação ajustada	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	247.311,39		55.840,00			303.151,39
Equipamento básico	252.062,91		64.786,71			316.849,62
Equipamento de transporte	75.800,00		28.000,00			103.800,00
Equipamento administrativo	79.285,97					79.285,97
Outros ativos Fixos Tangíveis	159.898,10		4.360,00			164.258,10
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	814.358,37	0,00	152.986,71	0,00	0,00	967.345,08
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	92.613,19		8.794,97			101.408,16
Equipamento básico	84.371,07		20.350,06			104.721,13
Equipamento de transporte	65.490,92		4.988,58			70.479,50
Equipamento administrativo	66.025,10		2.331,18			68.356,28
Outros ativos Fixos Tangíveis	108.794,71		4.636,63			113.431,34
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	417.294,99	0,00	41.101,42	0,00	0,00	458.396,41
	397.063,38					508.948,67

8 Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte

31 de Dezembro de 2015					
Saldo em 01-Jan-15	Aquisições/Doações	Abates	Transferênc.	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-Dez-15
Custo:					
Outras activos intangíveis	37.500	-	-	-	37.500
	<u>37.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37.500</u>
Amortizações acumuladas:					
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valores líquidos:	<u>-</u>				<u>37.500</u>

31 de Dezembro de 2016					
Saldo em 01-Jan-16	Aquisições/Doações	Abates	Transferênc.	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-Dez-16
Custo:					
Outras activos intangíveis	37.500	-	-	-	75.000
	<u>37.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>75.000</u>
Amortizações acumuladas:					
Outras activos intangíveis	-7.500	-	-	-	-7.500
	<u>-7.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-7.500</u>
Valores líquidos:	<u>37.500</u>				<u>67.500</u>

Esta rubrica tem registado o valor de 75 000€ de respeitantes a um filme em 3D realizado por Edgar Pera durante a edição do Carnaval de Torres 2015.

Durante o ano 2016 foi emitido um normativo contabilístico que permite à empresa amortizar estes ativos durante 10 anos, sendo que fiscalmente permite a depreciação a 20 anos.

Assim temos registada uma depreciação de 7500€ sabendo que deveremos acrescentar ao resultado contabilístico 3750€.

9 Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31 dez 2016		31 dez 2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cientes conta corrente	0,00	128.452,19	0,00	123.619,04
Cientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	0,00	182.967,17	0,00	126.829,51
	0,00	311.419,36	0,00	250.448,55
Perdas por imparidade acumulada	0,00	-182.967,17	0,00	-126.829,51
	0,00	128.452,19	0,00	123.619,04

	31 dez 2016		31 dez 2015	
	Cientes Gerais	Grupo e Relacionadas	Cientes Gerais	Grupo e Relacionadas
Cientes conta corrente	89.163,16	39.289,03	121.713,78	1.905,26
Cientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	182.967,17	0,00	126.829,51	0,00
	272.130,33	39.289,03	248.543,29	1.905,26

A empresa tem feito um esforço na cobrança das dívidas, agora com o apoio de um advogado, temos enviado ofícios e injunções para saldos mais antigos. O problema maior são a quantidade de empresas, que infelizmente, declaram insolvência.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a empresa voltou a registar perdas de imparidade.

Perdas de Imparidade	2016	2015
Saldo a 1 janeiro	126.829,51	112.770,09
Aumentos	58.189,16	14.059,42
Reversão	-2.051,50	-
Regularizações	-	-
Saldo final	182.967,17	126.829,51

10 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Activo		
Imposto sobre o rendimento	0,00	374,49
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>374,49</u>
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	10.786,37	1.628,73
Retenção de impostos sobre rendimentos	5.059,23	6.855,38
Imposto sobre o valor acrescentado	10.582,52	27.565,78
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	14.738,45	14.826,16
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	7.442,12	0,00
	<u>48.608,69</u>	<u>50.876,05</u>

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

11 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31 dez 16	31 dez 15
	Corrente	Corrente
Fornecedores CC	665,00	5.672,75
Dev. e Credores por Acréscimos Rend.	110.613,15	247.560,56
Outros	193.416,44	47.770,86
	<u>304.694,59</u>	<u>301.004,17</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	<u>304.694,59</u>	<u>301.004,17</u>

Desde o início da Fiscalização que se tem contabilizado uma estimativa de rendimentos de Autos emitidos e não pagos. Durante os anos de 2014 e 2015 estas estimativas ascenderam ao montante aproximado de 293 000€. Como durante o ano 2016 o protocolo com o IRN para consultas automáticas de matrículas entrou em funcionamento o valor registado de estimativa de 2016 é de 110 000€.

Conseguimos no final de 2016 receber cerca de 15 000€ de Autos emitidos em 2014 e 62 000€ de Autos emitidos em 2015. Andamos por volta dos 28% de taxa de arrecadação destes Autos.

12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Activo		
Seguros pagos antecipadamente	0,00	0,00
Rendas e alugueres pagas antecipadame	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	23.777,83	18.773,09
Gastos diversos a reconhecer	0,00	0,00
	<u>23.777,83</u>	<u>18.773,09</u>
Passivo		
Outros rendimentos a reconhecer	20.132,83	8.565,15
	<u>20.132,83</u>	<u>8.565,15</u>

A nível de ativo 54% do valor registado são os custos com o KIT de CARNAVAL que só deverá ser registado em custos em 2017. Os restantes valores são basicamente seguros.

Ao nível de passivo o valor, é na sua totalidade, referente a vendas de KIT CARNAVAL a reconhecer em proveito no ano 2017

13 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Caixa	300,00	1.300,00
Depósitos à Ordem	83.456,01	119.207,29
depósitos a Prazo	0,00	0,00
	<u>83.756,01</u>	<u>120.507,29</u>

14 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no valor de 250.000,00 euros.

Participação no capital subscrito e realizado das pessoas coletivas que, em 31 de dezembro de 2016, nele detêm pelo menos 20%:

15 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Não houve, em 2016, qualquer movimento nesta rubrica.

16 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício, no montante de 112 783.10 euros, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui igualmente resultados de outros exercícios anteriores que lhe foram destinados, de acordo com as decisões da Assembleia Geral.

Ainda foi incluído nesta rúbrica o valor de 1 438€ de uma regularização de IVA do ano de 2012.

17 Financiamentos Obtidos

Em 2016 a Empresa financiou-se em regime de locação financeira para a aquisição de um novo sistema de gestão do Parque da Câmara Municipal e de uma Viatura Iveco utilizada na equipa de montagens da Câmara Municipal. Assim no final do ano eram estes os valores da dívida a médio utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos com recurso a contratos de locação financeira:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Medio e Longo Prazo		
Locações financeiras	29.257,80	0,00
Empréstimos Bancários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	<u>29.257,80</u>	<u>0,00</u>
Curto Prazo		
Locações financeiras	6.114,34	7.980,99
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	<u>6.114,34</u>	<u>7.980,99</u>

Bens adquiridos c/ recurso a li	Custo Aquis.	Depreciação	Valor Líquido
Edifícios e outras construções			
Equipamento Básico	18630	1164,37	17465,63
Equipamento transporte	21000	2625	18375
Equipamento Administrativo			
Outros ativos fixos tangíveis			
Propriedades de Investimento			
	39630	3789,37	35840,63

Handwritten signatures and initials.

Em 31 de dezembro de 2016, os planos de reembolso da dívida da Empresa, referentes a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de Reembolso	Capital	Juros	Total
Menos de 1 ano	6114,34	403,34	6517,68
Mais de 1 ano	12457,07	578,29	13035,36
Mais de 2 anos	16800,73	286,07	17086,8
	35372,14	1267,7	36639,84

18 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31 dez 2016		31 dez 2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	0,00	402.184,23	0,00	372.856,04
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	402.184,23	0,00	372.856,04

	31 dez 2016		31 dez 2015	
	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	313.326,66	88.857,57	362.052,79	10.803,25
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
	313.326,66	88.857,57	362.052,79	10.803,25

19 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31 dez 2016		31 dez 2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	262.587,78	0,00	305.069,24
Outros Devedores e Credores	0,00	83.840,42	0,00	2.032,00
Outras contas a pagar	0,00	9.684,12	0,00	1.781,53
	0,00	356.112,32	0,00	308.882,77

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

O montante relevante nesta rubrica refere-se aos 45% de partições para a ANSR e IGCP referente ao acréscimo de rendimentos efetuado com base nos Autos de Contra ordenação emitidos e não pagos. Para além deste valor temos 90000€ de estimativas de férias e subsídio de férias.

20 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, no exercício de 2016 e no exercício de 2015, foram como segue:

	31 dez 2016			31 dez 2015		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de produtos acabados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de desperdícios e refug	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	1.639.846,52	0,00	1.639.846,52	1.766.891,01	0,00	1.766.891,01
	1.639.846,52	0,00	1.639.846,52	1.766.891,01	0,00	1.766.891,01

21 Subsídios à exploração

No exercício de 2016 e no exercício de 2015 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31 dez 2016	31 dez 2015
CP Mercado Municipal	170.000,00	170.000,00
CP Carnaval	100.000,00	0,00
CP Montagens	30.000,00	0,00
CP Carnaval Verão	20.000,00	0,00
CP Befashion	10.000,00	
CP Vindimas	35.000,00	
Estágios IEFP	115,68	13.523,52
	365.115,68	183.523,52

A Empresa recebe um contrato programa no valor anual de 170 000€ para exploração do Mercado Municipal e um Contrato Programa para a gestão e exploração de eventos no valor de 195 000€.

CA
E

22 Fornecimento e Serviços Externos

E

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foi a seguinte:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Subcontratos	*	*
Serviços especializados	666.903,81	626.378,39
Materiais	264.394,54	208.219,63
Energia e fluídos	105.859,71	124.703,90
Deslocações, estadas e transportes	10.599,29	18.950,23
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	61.251,00	86.985,10
Comunicação	79.999,97	36.832,84
Seguros	10.896,74	10.122,66
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	1.025,90	1.431,06
Despesas de Representação	1.062,41	108,75
Limpeza	75.127,68	72.473,70
Descontos e abatimentos	-405,95	0,00
Outros serviços	0,00	0,00
	1.276.715,10	1.186.206,26

O aumento desta rubrica, reflete os custos associados ao pleno funcionamento da área da Mobilidade. Custos de comunicações são afetos à utilização do programa STICO, o custo é apurado à unidade de produção de denúncias. Na rubrica de energia e fluídos este ano para além da água do parque regional de exposições a Promotorres assumiu toda a energia daquele espaço e pavilhões. Na rubrica limpeza temos o aumento totalmente devido à limpeza urbana no Carnaval.

23 Gastos Com Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal no exercício de 2016 e no exercício de 2015 de foi a seguinte:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Remunerações dos órgãos sociais	37.097,97	3.450,00
Remunerações do pessoal	525.029,76	587.986,16
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Indemnizações	20.000,00	0,00
Encargos sobre remunerações	117.820,60	128.926,22
Seguros	5.972,10	8.297,83
Gastos de acção social		
Outros gastos com o pessoal	23.151,33	25.045,18
	729.071,76	753.705,39

Handwritten marks and signatures in the top right corner of the page.

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2016 foi de 41 e exercício de 2015 foi de 40.

A diminuição dos custos de pessoal está associada à ausência de uma colaboradora por licença de maternidade e a saída do Diretor de Eventos.

24 Outros rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos, no exercício de 2016 e no exercício de 2015, foram como segue:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Rendimentos suplementares	38.459,46	25.744,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Autos de Contra Ordenação	208.549,98	332.445,19
Outros rendimentos e ganhos	34.542,28	736,61
	281.551,72	358.925,92

Existe na rubrica de Autos de Contra Ordenações uma estimativa de Autos ainda não recebidos, conforme mencionado na nota 11 deste anexo.

25 Outros gastos

Os outros gastos e perdas, no exercício de 2016 e no exercício de 2015, foram como segue:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Impostos	4.394,99	2.180,08
Comparticipações ANSR	93.580,17	149.611,12
Dívidas incobráveis	0,00	12.168,48
Regularizações	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ac financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	44.836,76	32.086,41
	142.811,92	196.046,09

Handwritten signatures and initials in the right margin.

26 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios de 2016 e de 2015, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31 dez 2016			31 dez 2015		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ativos fixos tangíveis	41.101,42	0,00	41.101,42	30.885,49	0,00	30.885,49
ativos intangíveis	7.500,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00
	48.601,42	0,00	48.601,42	30.885,49	0,00	30.885,49

27 Resultados de operações de financiamento

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados, decorrentes de operações de financiamento, decompunham-se do seguinte modo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de financiamentos concedidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Juros de outros financiamentos concedidos	0,00	0,00
	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	355,76	1.093,43
Juros de Mora ou Compensatórios	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	355,76	1.093,43
Resultados das operações de financiamento	-355,76	-1.093,43

28 Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, decompõe-se do seguinte modo:

	2016	2015
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	24.579,32	14.561,27
Imposto diferido	-	-
	<u>24.579,32</u>	<u>14.561,27</u>

	2016		2015	
	Imp. Corrente	Imp. Diferido	Imp. Corrente	Imp. Diferido
Demonstração da taxa efectiva de imposto				
Resultados antes de impostos	32.820,30	-	127.344,37	-
Variações nos capitais próprios	-	-	-	-
Diferenças fiscais definitivas	68.677,34	-	43.107,29	-
Diferenças fiscais temporárias	-	-	-	-
Reporte de prejuízos	-	-	-	-
Lucro tributável / Prejuízo Fiscal	<u>101.497,64</u>	-	<u>170.451,66</u>	-
Colecta	20.714,50	-	10.138,45	-
Benefícios fiscais	-	-	-	-
Resultado da liquidação	-	-	-	-
Derrama	1.522,46	-	2.556,77	-
Derrama estadual	-	-	-	-
Tributações autónomas	2.342,36	-	1.866,05	-
Imposto sobre o rendimento do período	<u>24.579,32</u>	-	<u>14.561,27</u>	-
Taxa média efectiva de imposto	<u>24,22%</u>		<u>8,54%</u>	

29 Partes Relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	31 dez 2016	31 dez 2015
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	111.049,56	185.449,20
Subsídios	365.000,00	170.000,00
Compras de mercadorias	0,00	0,00
Compras de matérias prim	0,00	0,00
Serviços adquiridos	70.980,11	56.900,03

Saldos	31 dez 2016	31 dez 2015
Contas a receber	0,00	1.905,26
Contas a pagar	88.857,57	10.803,25
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Empréstimos obtidos	0,00	0,00

[Handwritten signatures and initials]

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

30 Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa dispunha de diverso equipamento de transporte em regime de locação operacional, sendo as responsabilidades como locatária, relativas a rendas não vencidas, no valor de 29 635.62 euros. Aquelas rendas vencem-se nos próximos exercícios e podem ser explicitadas da seguinte forma:

Activo / Equipamento	Rendas Vencidas		
	< 1 ano	1 a 5 anos	Total
Viatura 34-RJ-91	2.891,28	6.987,26	9.878,54
Viatura 34-RJ-92	2.891,28	6.987,26	9.878,54
Viatura 58-RJ-75	2.891,28	6.987,26	9.878,54
	<u>8.673,84</u>	<u>20.961,78</u>	<u>29.635,62</u>

31 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

32 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2015, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2016.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

A Administração

Carla F. M. Silva
[assinatura]
[assinatura]

O Contabilista Certificado

[assinatura]